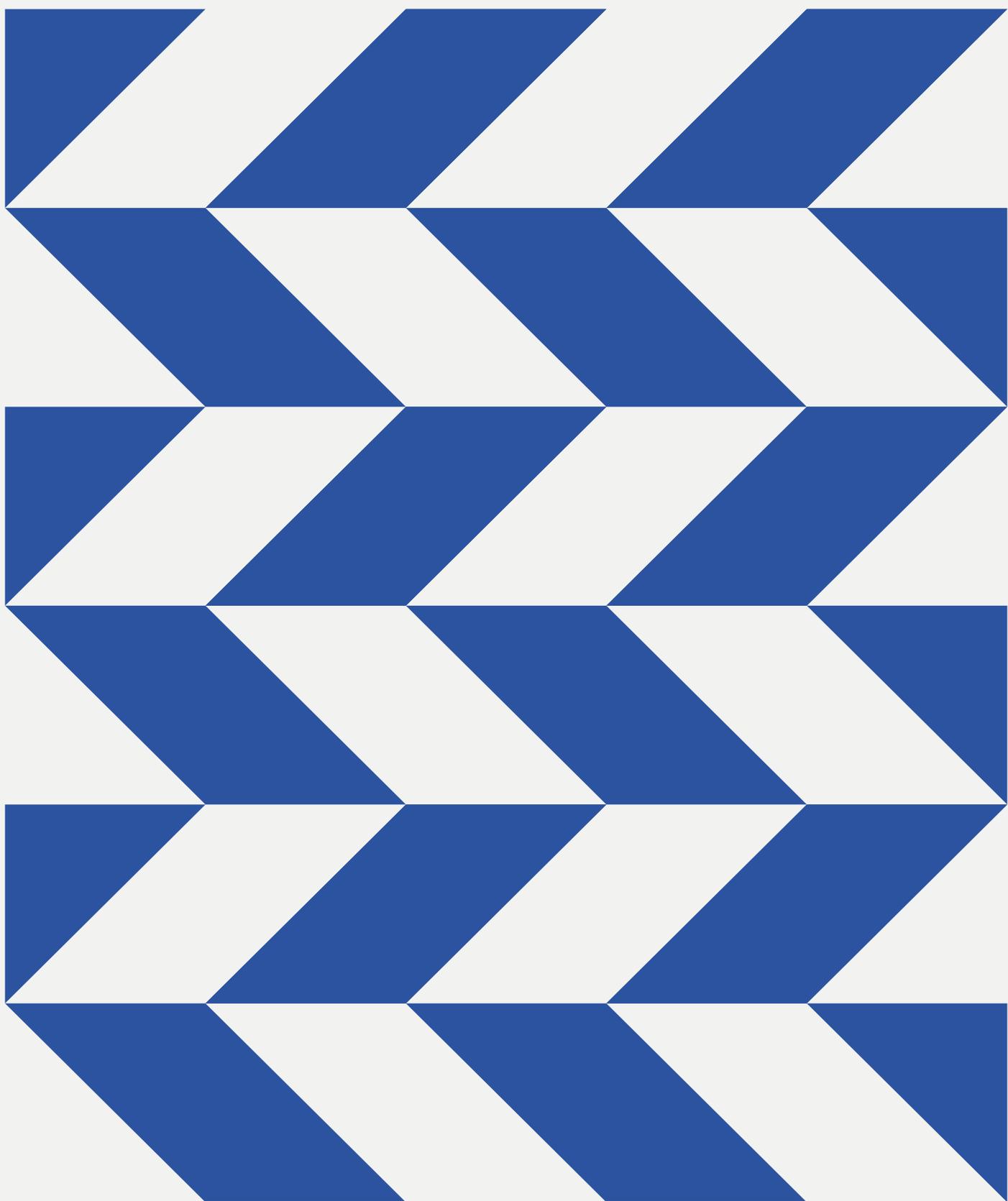


Bindi





B.

Revista Bindi: cultura, democracia e direito

Bindi Journal: Culture, Democracy and Law

Ano 2 · vol. 2 · janeiro-junho / 2023

DOI: [10.5281/zenodo.8356127](https://doi.org/10.5281/zenodo.8356127)

Conselho editorial

Dr. **Alfonso Ruiz Miguel** (Universidad Autónoma de Madrid - Madrid/Espanha); Dr. **Alfredo Attiê Jr** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dr. **Assis Brandão** (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife/PE); Dra. **Bethânia Assis** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS); Dr. **Celso Campilongo** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP - Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dr. **Celso Lafer** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Daniela Mesquita Leutchuk de Cadermatori** (Universidade La Salle (Unilasalle - Canoas/RS)); Dr. **Diego Dantas** (Universidade Federal Fluminense - UFF - Niterói/RJ); Dra. **Elza Boiteux** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Flávia Piovesan** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP); Dr. **Francesco Pallante** (Università degli studi di Torino - Itália); Dra. **Gisele Mascarelli Salgado** (Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSB - São Bernardo do Campo/SP); Dr. **Giuseppe Tosi** (Universidade Federal da Paraíba - UFPB - João Pessoa/PB); Dr. **José Alcebiades de Oliveira Júnior** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - Porto Alegre/RS); Dr. **José Antonio Magalhães** (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio - Rio de Janeiro/RJ); Dr. **José Dias** (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Toledo/PR); Dr. **José Ricardo Cunha** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - Rio de Janeiro/RJ); Dra. **Ludmila Franca-Lipke** (Universidade Livre de Berlin - Alemanha); Dr. **Marcelo de Azevedo Granato** (Instituto Norberto Bobbio - São Paulo/SP); Dr. **Marcio Renan Hamel** (Universidade de Passo Fundo - UPF - Passo Fundo/RS); Dr. **Massimo Cuono** (Università degli studi di Torino - Itália); Dr. **Michelangelo Bovero** (Università degli studi di Torino - Itália); Dra. **Monica Herman Salem Caggiano** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Nádia Urbinati** (Universidade de Columbia - EUA); Dr. **Philip Petit** (Universidade de Princeton - EUA); Dr. **Rafael Salatini de Almeida** (Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Marília/SP); Dr. **Roberto Bueno Pinto** (Universidade Federal de Uberlândia - UFU - Uberlândia/MG); Dr. **Samuel Antonio Merbach de Oliveira** (Universidade Paulista - UNIP - São Paulo/SP); Dr. **Sérgio Candido de Mello** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Silvia Pimentel** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP); Dr. **Tércio Sampaio Ferraz Júnior** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Valentina Pazè** (Università degli Studi di Torino - Itália); Dr. **Willis Santiago Guerra Filho** (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro/RJ).

Autores(as) (deste volume)

Benoit Frydman (Université Libre de Bruxelles - Bélgica); **César Mortari Barreira** (Instituto Norberto Bobbio - INB - São Paulo/SP); **Erik Chiconelli Gomes** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); **Frederico Lopes de Oliveira Diehl** (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR - Campo Mourão/PR); **Isabella Coimbra Pires de Mello** (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG - Belo Horizonte/MG); **Keven Enzo Feitosa Ramos** (Faculdade Católica de Anápolis - Anápolis/GO); **Lucas Fucci Amato Barros** (Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo/SP); **Nadia Urbinati** (European University Institute - Florença - Itália); **Norberto Bobbio** (Università degli Studi di Torino (In memoriam) - Itália); **Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); **Rômulo Monteiro Garzillo** (Universidade Nove de Julho - UNINOVE - São Paulo/SP); **Thiago Silveira Annunziato** (Instituto Norberto Bobbio - INB - São Paulo/SP)

Coordenação científica-editorial

Dr. Frederico Lopes de Oliveira Diehl; Dr. César Mortari Barreira; Dr. Marcelo de Azevedo Granato; Ms. Lévio Scattolini; Esp. Willians Meneses.

Equipe editorial

Coordenação Científica-Editorial

Editores-chefes: Dr. César Mortari Barreira e Prof. Dr. Frederico Lopes de Oliveira Diehl

Editores-assistentes: Dra. Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra, Dr. Marcelo de Azevedo Granato, Ms. Lévio Scattolini e Esp. Willians Meneses

Capa e Diagramação: Igor Alves da Silva

Coordenação Editorial: Willians Meneses

Diretoria executiva

Presidente Celso de Souza Azzi

Vice-presidente Ary Oswaldo Mattos Filho

Conselheiro Raymundo Magliano Neto

Diretor Executivo César Mortari Barreira

Diretor Jurídico Marcelo Granato

Coord. Geral Lévio Scattolini Oscar Júnior

Secretário Guido Urizio

Colaborador Marcelo de Azevedo Granato

Pesquisas César Mortari Barreira, Júlia Albergaria, Lévio Scattolini Oscar Júnior e Raíssa M.L.M. Musarra

Designer Igor Alves da Silva

Coord. de Comunicação Thiago Silveira Annunziato

Gestora de Projetos e Pesquisadora Raíssa M. L. M. Musarra

Coord. Editorial Willians Meneses

Gerente Financeira Luana Silva

Gerente Administrativa Kelly Cristina

Estagiário Pesquisa Robson Gomes

Endereço para visitas

Avenida Ipiranga, 344, Edifício Itália,
Conjunto 22B República - São Paulo/SP

Endereço para correspondência

Avenida São Luiz, 50, Conjunto 22B República -
São Paulo/SP - CEP: 01046-926

Horário de funcionamento

Segunda-feira a sexta-feira, das 14h às 18h

Telefone: +55 (11) 3129-7076

E-mail: instituto@inb.org.br

Visite nosso site: www.inb.org.br

© edição e distribuição do INSTITUTO NORBERTO BOBBIO

A Revista Bindi está licenciada sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade dos autores.

Revista Bindi: Cultura, Democracia e Direito

Tradução:
Gesualdo Maffia



Doutor em Letras e
História Contemporânea,
membro do grupo de pesquisa
PLIT-ILUFBA.

E-mail: gesualdo.maffia@gmail.com

DOI: 10.5281/zenodo.8356357

A cultura e o fascismo¹ Norberto Bobbio

Tradução

La cultura e il
fascismo¹
Norberto Bobbio

Palavras-chave

cultura, fascismo,
intelectuais.

Parole chiave

cultura, fascismo,
intelletuali

Resumo

Ensaio que enfrenta principalmente as relações entre fascismo e cultura acadêmica, analisando o papel das instituições culturais, dos intelectuais de renome e politicamente influentes, de revistas acadêmicas e militantes.

Riassunto

Saggio che affronta prevalentemente le relazioni tra fascismo e cultura accademica, analizzando il ruolo delle istituzioni culturali, degli intellettuali più conosciuti e politicamente influenti, di riviste accademiche e militanti.

Parecem-me necessárias duas premissas: a) o meu ensaio é limitado quase exclusivamente à cultura acadêmica, porque é a única que conheço de forma mais próxima, e também porque um discurso que abrangesse também a literatura, as artes e as ciências necessitaria bem mais que uma aula; b) a história que vou contar é, pelo menos desde 1930, história vivenciada, diferentemente daquela contada pelos outros colaboradores do volume que pertencem a gerações mais jovens e, portanto, também é um exame de consciência. Quem escreve não se considera tão alheio a esses acontecimentos para se considerar uma testemunha desinteressada, menos ainda um juiz imparcial.

1. Um congresso interrompido

Em março de 1926, Roberto Forges Davanzati escrevia, no prefácio de um opúsculo intitulado *Fascismo e cultura*:

O fascismo é uma criação compreensiva, e é sobretudo uma conduta do espírito, uma interpretação religiosa, ética, artística da vida, entendida como missão, antes mesmo de ser uma determinada política. Tem, isto é, justamente, aquelas características predominantes e animadoras, tão evidentes na humanidade dominadora de Benito Mussolini, que a cultura pretenderia recusar-lhe, para atribuí-las a si mesma, em uma nítida antítese à política fascista. Pelo contrário, é justamente esta cultura, que aqui se combate, que é desprovida dos signos essenciais da estirpe, é espiritualmente inferior².

Cito essas frases, como poderia citar muitas outras similares; a propaganda fascista se fixou muito cedo em um ritual em que escritores grandes e pequenos, velhos e jovens, repetiram durante vinte anos as mesmas fórmulas, combinando de vários modos nada mais que uma centena de palavras. Eu as escolhi porque elas contêm, em poucas linhas, de forma exemplar, todos os mitos e ritos do pensamento fascista: o fascismo como fé e como missão; a exaltação do líder; a fidelidade à estirpe como critério para distinguir os bons dos malvados. Também porque foram proferidas em uma ocasião memorável, no VI Congresso Nacional de Filosofia, realizado em Milão, em março de 1926, onde ocorreu o último confronto público – clamoroso, se olharmos para o clamor suscitado contra esse evento nos jornais fascistas – entre homens de cultura fascistas e não fascistas. Os fatos são conhecidos, mas convém resumi-los brevemente. O congresso, aberto por Piero

Martinetti, o qual anunciou em seu discurso inaugural que, poucos dias antes da abertura do congresso, os filósofos católicos, liderados pelo padre Gemelli, tinham declarado que abster-se-iam da participação no congresso porque teria sido convidado, entre os relatores, um “excomungado a evitar”, o professor Ernesto Buonaiuti.

Martinetti falou, com a firmeza que vinha da força das suas convicções religiosas e morais, que tinha tomado nota das decisões dos católicos e confirmado “com certeza” o convite ao professor Buonaiuti, “expressando-lhe a sua solidariedade espiritual”³. Concluiu então que: “... não poderia no entanto, e acredito ter, neste sentido, a aprovação dos senhores, tornar-me executor de um decreto de excomunhão; eu, filósofo, cidadão de um mundo onde não existem nem perseguições, nem excomuniões”. No final do terceiro dia, após Francesco De Sarlo ter apresentado a sua comunicação sobre *L’alta cultura e la libertà* [A alta cultura e a liberdade], que evocava a célebre conferência inaugural de Antonio Labriola de 1896, *L’Università e la libertà della scienza* [A universidade e a liberdade da ciência], suscitando a reação do gentiliano Armando Carlini, e se aproximando do dia em que Buonaiuti deveria realizar a sua apresentação, o congresso foi dissolvido pela autoridade do prefeito de Milão. Forges Davanzati comentou, escandalizado, que o congresso tinha se entregado “a discursos antifascistas, com a invocação habitual à liberdade”. Então explicou sem reticência o seu pensamento:

Na Itália o Estado é fascista; a sociedade nacional é fascista. Combateu-se, combate-se para isso. Vigorosamente. O Duce impõe a todos a disciplina, que ele, primeiramente, impõe a si mesmo. Chegou a hora decisiva para a Itália, que não tolera dispersões, deserções, desvios. É absurdo admitir que, neste esforço gigantesco, as escolas, universitárias ou não, constituam-se como refúgio de antifascismo, portanto, hoje em dia, de anti-Estado. É inaceitável que professores de escolas de Estado [...] em uma ridícula assembleia, em nome de uma superioridade espiritual que eles, presunçosamente, atribuem-se – mas que nenhum dentre esses que combatem duramente pela Itália, em nome, justamente, de uma missão espiritual feita ação, podem lhes reconhecer –, arroguem-se o direito de colocar em estado de acusação o Estado fascista, a sociedade fascista; que pretendam agir contra eles; e, por fim, invoquem, depois de uma primeira, modesta, lição, a solidariedade estrangeira, e mais especificamente de estrangeiros que ultimamente tentaram ferir nossa unidade nacional e ofender sanguinariamente a nossa missão de civilização⁴.

(É inútil especificar que esses “estrangeiros” assim chamados eram os futuros aliados

do Pacto de Aço). De resto, poucos meses antes, em um discurso feito na universidade de Pisa, o próprio Forges Davanzati já tinha dado uma formulação “inconfundível” à sua concepção da educação fascista. Evocando a antítese “monstruosa” segundo a qual deveriam ser destruídos os quartéis para criar as escolas, especificava:

Nós encontramos, ao invés, espírito e dinheiro para que a pátria reencontre a sua força tanto no quartel quanto na escola. Porque os quartéis são uma grandíssima e fortíssima escola, e porque a escola não pode ter força se não penetrar nela aquele profundo e severo espírito de disciplina que existe no quartel⁵ (aplausos).

Em outro discurso, do mês seguinte, tinha chamado a cultura antifascista, com o epíteto que soava mais infame aos ouvidos fascistas (hoje em dia, na verdade, a outros também), de “social-democrata”, e a tinha visto inteiramente refletida na “face” de [Gaetano] Salvemini. Após tê-la batizado desse jeito, concluiu: “mas nós teremos que expulsá-la das cátedras universitárias, mesmo se necessário *manu militari*”⁶.

2. A “Enciclopédia Italiana”

Na verdade, a cultura acadêmica não foi expulsa *manu militari* nem então, nem depois. Não foi necessário. Não foi necessário porque entre universidade e regime foi se estabelecendo um *modus vivendi*: a universidade foi deixada em paz (de fato nunca foi tentada, como queriam os intransigentes, uma sua completa fascistização) desde que deixasse em paz. Não foram necessárias as pauladas, porque foi suficiente contrair as sobrelhas. Diante do processo de transformação do Estado, a cultura acadêmica não excedeu na exaltação, nem se rebelou: aceitou, aguentou, uniformou-se, conformou-se, aninhou-se em um espaço em que podia continuar, mais ou menos sem ser incomodada, o seu trabalho. Na prova do fogo, quando, no começo do ano acadêmico 1931-32, foi imposto o juramento, de mil e duzentos professores, apenas onze não juraram, entre eles Martinetti e Buonaiuti. O verdadeiro corte aconteceu apenas mais tarde, em 1938, depois das leis raciais, quando foram expulsos das universidades os professores judeus, bastante numerosos. Quando soube do congresso filosófico milanês, Gentile também tinha ficado muito furioso. Em relação ao discurso de De Sarlo tinha esbravejado:

Discurso que foi um tecido de lugares comuns dos mais abusados e desgastados, que, mesmo assim, diz-se que conseguiram entusiasmar

os ouvintes, louvando a deusa Ciência, a deusa Liberdade, os Princípios imortais, os sagrados Direitos do indivíduo, a Liberdade de pensamento, e outras novidades parecidas, que hoje em dia não apenas os fascistas mas todos (e digo todos) os homens cultos consideram bobagens⁷.

Mas depois interpôs a sua autoridade todas as vezes que, das revistas e dos jornais dos raivosos, chegavam gritos belicosos contra as universidades, esconderijo ou armário de velhas ferramentas enferrujadas ou, pior, lixeira onde foram parar todas as migalhas, os resíduos, a poeira da história.

A maior empreitada cultural daqueles anos e, sem dúvida, o maior panorama da cultura acadêmica do nosso país que já foram tentados até hoje, a *Enciclopédia italiana*, que saiu pontualmente, quatro volumes por ano durante oito anos de 1929 a 1937, sob a direção de Gentile, auxiliado por um comitê de direção do qual fez parte até o fim Gaetano De Sanctis, um dos onze que não juraram, não é uma obra fascista, a não ser por algum elemento marginal, que parece uma dissonância. Temas graves, mesmo que doutrinários, como comunismo, socialismo, materialismo histórico, socialdemocracia, foram atribuídos a Rodolfo Mondolfo, o estudioso do marxismo mais conhecido na época, um socialista militante. O tema *Democracia*, muito amplo, atribuído a Felice Battaglia, jovem gentiliano, é uma história da ideia de democracia desde os gregos até hoje (o último autor citado é Bryce) e termina com um breve e moderado juízo histórico sobre a democracia italiana “impotente para conter um movimento como o fascismo, em parte expresso por aquelas mesmas forças sindicalistas que essa havia ignorado”. Enquanto o tema *Liberalismo* de Ugo Spirito, que foi um dos teóricos do corporativismo, contém também um manifesto político, o tema *Direitos de liberdade* foi escrito por Gioele Solari, mestre de [Piero] Gobetti, um dos docentes reconhecidamente antifascistas da Universidade de Turim. Não é por acaso, porém, que o único tema, entre aqueles mais comprometedores politicamente, evidentemente tendencioso, embora de forma grosseira, seja *Bolchevismo*; mas, como se os acadêmicos tivessem se recusado a sujar as mãos, foi escrito por um ilustre desconhecido. *Marx*, pelo contrário, foi atribuído a um economista de valor como Augusto Graziani. *Lênin e Trotsky*, onde uma pessoa esperaria encontrar quem sabe quais enormidades, são temas anódinos, no máximo com teor de crônica, mas sem polêmica de tomada de posição. Mais que anódino, mal informado, brevíssimo, como se se tratasse de um personagem insignificante que ainda não ascendeu ao céu da História, é o tema dedicado a Stálin, sobre o qual o único juízo que se consegue recolher do extensor anônimo é o seguinte: “temperamento essencialmente prático”. Dois entre

os temas mais importantes, *Renascença* e *Ressurgimento*, atribuídos, respetivamente, a Federico Chabod e a Walter Maturi, entre os melhores historiadores da nova geração. Nos últimos volumes são inúmeros os temas de Delio Cantimori, pequenos, mínimos também e de assuntos muito variados, entre os quais se destacam alguns sobre temáticas e personagens da Reforma [luterana]. Inúmeros foram os temas filosóficos escritos por Guido Calogero. Colaboraram, além de Luigi Russo (lembro do tema *D'Annunzio*), mais próximo da geração dos mestres, jovens críticos como Mario Fubini e Natalino Sapegno, quer dizer todo ou quase todo o estado maior da cultura acadêmica pós-fascista. Não é de surpreender que, quando foi anunciado o programa da obra, alguns observassem, com intenções persecutórias, que todavia não tiveram nenhum feito, que entre os colaboradores estavam nada menos que noventa signatários do Manifesto Antifascista de Croce.

Tudo o que teve de fascista nos trinta e seis volumes, aliás de “requintadamente” fascista, ficou concentrado no tema *Fascismo*, dividido entre Gentile, que traçou as diretrizes da doutrina, e Gioacchino Volpe, que contou a história. O tema *Mussolini*, anônimo, brevíssimo, quase como aquele de Stálin embora mais informativo, exceto por um enfeite final de poucas linhas. O tema *Império*, escrito por Francesco Ercole, um dos mais conhecidos historiadores da revolução fascista, aborda, com estilo professoral, a história do Sagrado Império Romano. Battaglia condena o imperialismo no tema homônimo, em nome do nacionalismo italiano que se reconhece no Estado ético (um Estado ético como poderia ser imperialista?). Quem pensasse encontrar no tema *Nacional-socialismo*, publicado em 1934, a apologia do Führer e do movimento dos camisas-pardas, estaria enganado: o tema, essencialmente histórico, foi escrito por Carlo Antoni, certamente não próximo do fascismo, que em breve contribuiria com o livro *Dallo storicismo alla sociologia* [Do historicismo à sociologia] (1940), suscitando o primeiro debate amplo sobre o historicismo alemão, começando com Max Weber. O tema *Racismo* (estamos já em 1935) está ausente; o tema *Raça* foi escrito por um antropólogo que critica as deformações de nacionalistas de alguns antropólogos alemães (Rosemberg não tinha ainda aparecido no horizonte). Seria de se esperar uma retomada da doutrina italianíssima no tema *Estirpe*: não existe. O espírito da revolução aparece – sim – mas aqui e ali, sorratamente, quando é menos esperado; o tema *Mártir*, por exemplo, depois de um sóbrio *excursus* histórico sobre os mártires cristãos e sobre aqueles do Ressurgimento, acaba com uma muito detalhada história do martirologio fascista, atribuído a Arturo Marpicati, vice-secretário do partido, que exalta com a linguagem das cerimônias patrióticas o sacrifício dos mortos contra as “forças subversivas”.

3. De algumas revistas não fascistas

A *Enciclopédia italiana* foi, com certeza, a manifestação mais macroscópica, ainda a ser estudada⁸ nas suas várias ramificações, da sobrevivência da cultura acadêmica pré-fascista durante o regime e, portanto, da linha ininterrupta que corre por baixo do regime e para além do regime da cultura pré-fascista até a pós-fascista. Mas quem observe as revistas universitárias, quero dizer, de disciplinas tradicionalmente universitárias, como a filologia clássica, a literatura italiana, a história, a filosofia, não chegará a uma conclusão diferente: muitas destas, nascidas em época pré-fascista, continuaram o próprio caminho de forma mais ou menos despreocupada, frequentemente sem mudanças, nem formais, nem substanciais, eventualmente colocando, mas nem todas, antes do ano do calendário gregoriano aquele da era fascista. Apesar disso, a maior ambiguidade delas, as duas revistas literárias mais importantes desses anos, dirigidas por Ugo Ojetti, “Pegaso” (1929-33) e “Pan” (1933-35) – a maior ambiguidade delas resultava não apenas do nome do diretor, mas do fato de serem revistas de cultura militante e, portanto, facilmente expostas aos olhares indiscretos dos cães de guarda da pureza revolucionária –, do fascismo e dos escritores fascistas mostraram apenas o suficiente que parecia necessário a parar os raios dos defensores-delatores. No primeiro número de “Pegaso”, Ojetti se inspirava na famosa frase de Mussolini proferida em 10 de outubro de 1928, que “a carteirinha não dá engenho a quem não o possui”, para oferecer um passe livre àqueles que tinham o engenho (ou acreditavam tê-lo) mas não a carteirinha. “Poder-se-ia, portanto, encontrar ainda um poeta excêntrico como o Burchiello – escrevia em uma carta aberta para o Duce – ou saudosista como [Guido] Gozzano, para quem a palavra Estado era apenas um participio passado. Hoje, por mérito do fascismo, o fato é pouco provável; mas, logicamente, continua possível”⁹. Uma nova literatura não aparece de hoje para amanhã. “Que os senhores históricos esperem – concluía. – Eles são os servidores do tempo; e se tentarem se rebelar ao patrão, correm o risco de ter que recomeçar dez vezes o trabalho”. Alguns anos depois, em um artigo polêmico contra a fúria dos nazistas de destruir, logo que chegaram ao poder, a arte e a literatura dos seus adversários, um famoso jornalista (correspondente de Berlim para um grande jornal) repetia o mesmo conceito: “...os artistas podem ser silenciados sob comando; mas para fazê-los falar é necessária alguma coisa: pelo menos um pouco de respiro. E quem, duas semanas após uma revolução, apresenta-se com um belo manuscrito ‘estritamente revolucionário’ não é geralmente um poeta, mas no máximo um mercante, e um mercante desonesto”¹⁰. O artigo de Ojetti sobre um volume que saiu, naquele momento, de escritos e discursos de Mussolini, com o qual a revista “Pan” iniciou a série dos fascículos, tinha um caráter claramente propiciatório: aceso o

incenso para o novo nume, os incrédulos poderiam continuar rezando tranquilamente aos velhos deuses.

Até 1933 teve uma vida digna e independente “La cultura” [A cultura] de Cesare De Lollis: pegando de forma casual um dos grandes fascículos dos últimos anos (aquele de julho-setembro de 1933), encontram-se artigos de Massimo Mila, de Leone Ginzburg e Cesare Pavese, de Umberto Cosmo, Tommaso Fiore, Luigi Salvatorelli, todos antifascistas conhecidos e fichados. Não me interpretem mal, a “Cultura” também não era uma revista antifascista (a única revista que poderia merecer o nome de antifascista foi a “Critica” de Croce que saiu ininterruptamente e regularmente até 1944, para recomeçar logo depois com o nome de “Quaderni della Critica” [Cadernos da Crítica], em 1º. de março de 1945). Era, no máximo, embora com maior coragem, uma revista não fascista ou a-fascista: Mila, de fato, falava de Brahms, Pavese de Walt Whitman, Fiore de um episódio da *Eneida*, Cosmo de uma canção de Dante, Ginzburg do romantismo dos clássicos franceses. Tanto que quando, assim que mudou a redação e foi atribuída ao jovem editor Einaudi, o qual tentou esboçar um discurso político, embora disfarçado, foi fechada após poucos números e a maioria dos redatores foram presos.

Outra revista independente, “Civiltà moderna” [Civilização moderna] (Revista bimestral de crítica histórica, literária e filosófica), dirigida por Ernesto Codignola, saiu de 1929 a 1943: nascida no círculo de Gentile (o primeiro número é encabeçado pela intervenção de Gentile no VII Congresso Filosófico de Roma, *La filosofia e lo Stato*¹¹ [A filosofia e o Estado]), mas depois, logo após a dispersão e o enfraquecimento da escola gentiliana, tornou-se cada vez mais eclética. Na apresentação, de junho 1929, ou seja, no começo da época pós acordo de Latrão, o fascismo nem sequer é nomeado. É evocada, contra a superficialidade e a falta de senso crítico, “a confiança firme e serena na obra fecunda do pensamento crítico”, que é evidentemente programa acadêmico, válido para todos os tempos e todos os lugares. O único assunto distintivo é o apelo à tradição cultural, isto é, no fundo, à continuidade histórica: a Itália, se lê ainda no texto, deve manter a altíssima posição conquistada no primeiro quarto de século, “continuando com energia uma tradição de pensamento que constitui o nosso mais alto orgulho”. Note-se: para quem fala de posição conquistada “no primeiro quarto de século” é claro que a ruptura entre o velho e o novo não é o fascismo, mas sim o idealismo, cuja data de nascimento pode ser considerada a publicação do primeiro número da “Critica” (cujo programa possui a data de novembro de 1902). Colaboraram com a revista filo-fascistas ao lado de não fascistas e de antifascistas: só para lembrar alguns nomes, dos mais velhos, Gaetano De Sanctis,

Giorgio Falco, Giorgio Pasquali, Rodolfo Mondolfo, Antonio Banfi, Adolfo Omodeo, aos mais jovens Vittorio Enzo Alfieri, Francesco Collotti, Carlo Morandi, até os muito jovens como Garin, Luporini, Binni e Getto. Todos de acordo em uma grande obra de remoção coletiva em relação ao fascismo, que nunca ou quase nunca aparece, nem como protagonista explícito, nem como antagonista oculto.

Nenhum desses personagens, e poderia citar quem sabe quantos outros, aparece na recente antologia da imprensa fascista, organizada por Oreste Del Buono¹², que deveria mostrar a gravidade e a extensão da servidão dos intelectuais. Não digo que alguns não poderiam ser encontrados na antologia. Aliás, acredito que muito poucos possam dizer, em plena consciência, que não estiveram envolvidos. Mas – para não contrapor fúria a fúria, a polêmica dos puritanos da época, segundo os quais os intelectuais teriam ficado escondidos em cantinhos de onde soltavam veneno contra o regime, aos puritanos de hoje, para os quais, ao invés, todos teriam se colocado à mostra para manifestar a própria fidelidade ao regime – é necessário, acredito, distinguir várias formas e níveis de envolvimento: o servilismo obstinado e contínuo; o oportunismo dosado e calculado; o conformismo como hábito que se põe e se tira de acordo com as circunstâncias; a dissociação consciente entre o que se dá espontaneamente a Deus e o que somos obrigados a dar a César; o desdobramento, talvez inconsciente, entre eu público e eu privado; a observância exterior como preço a pagar para se mover mais livremente no círculo da oposição; por fim a cessão ocasional, ou até mesmo o fingimento consciente. Em 1930, Croce publicou o pequeno tratado do seiscentista Torquato Accetto, *Da dissimulação honesta*, em que se podia ler: “... concede-se às vezes mudar de manto para vestir-se conforme a estação da fortuna, não com a intenção de causar dano, mas de não sofrê-lo, que é o único interesse pelo qual se pode tolerar quem costuma valer-se da dissimulação, pois assim não é fraude”¹³.

Em 1939, Delio Cantimori, no livro *Eretici italiani del Cinquecento* [Hereges italianos do século XVI], fez referência àquela forma de “dissimulação racional” que, na época da Reforma [luterana], era conhecida como “nicodemismo”, consistente na justificação doutrinária da prática dos que “escondiam a própria fé, esperando, para manifestá-la, que acabasse o temor para com o martírio, e fazendo entretanto ato de obséquio às autoridades eclesiásticas dos países onde eles se encontravam”¹⁴. “Nicodemismo” se tornou, especialmente nos últimos anos do regime, uma palavra de ordem entre os jovens docentes que tinham começado a se comprometer com uma resistência ativa ao regime.

4. Uma revista fascista

Se agora quisermos uma prova contrária da persistência, apesar de tudo, de uma distinção, que nunca desapareceu, entre uma cultura oficial e uma cultura não-oficial (adotando a expressão usada por Alessandro Bonsanti¹⁵), consideremos uma revista de cultura declaradamente fascista, escolhamos justamente a mais influente culturalmente, “L’educazione politica” [A educação política], nascida em 1925, depois do discurso de 3 de janeiro, que se tornou no ano seguinte, sob a direção de Gentile, o órgão do Instituto Nacional Fascista de Cultura, fundado naquela época, e, depois, em 1927, renomeada, por “desejo” do Duce, “Educazione fascista” [Educação fascista]¹⁶. Em comparação com as revistas citadas até agora, o conjunto dos colaboradores não é apenas mais restrito, mas menos brilhante também. Se tirarmos Gentile, que aparece em quase todos os números, com artigos polêmicos ou apologéticos, às vezes sectários, obrigado a se defender dos fanáticos que o tacham de liberal e dos clericais que o chamam de anticristo; se tirarmos os seus discípulos diretos, Maggiore, Spirito e Volpicelli (não sempre de acordo entre si); se tirarmos os cinco ou seis representantes usuais da *intelligentsia do regime*, como Volpe, Ercole, Arrigo Solmi, Serpieri, De Stefani, Balbino Giuliano, Arias, entraram bem poucos peixes grandes na rede. E aqueles poucos, para continuar a metáfora, de fato parecem repescados: o velho Bernardino Varisco, com um artigo sobre o Estado para colocar no livro negro da filosofia italiana; o não menos velho Alessandro Chiappelli autor, nos seus bons tempos, de um livro conhecido sobre *Il socialismo e il pensiero moderno* [O socialismo e o pensamento moderno] (1897), do qual o próprio Gentile tinha dito, em outros tempos, que teria “ficado sempre de vigia na janela, olhando o vento que soprava” e cujo maior orgulho era “o de se manter, como se diz, informado, de observar os sinais dos tempos, de acompanhar passo a passo o pensamento contemporâneo”¹⁷; o historiador da marinha italiana Camillo Manfroni; o historiador de literatura da desacreditada escola erudita, Vittorio Rossi. Todos, pessoas dignas que, mesmo se tivessem dito algo em outros tempos, agora não tinham mais nada a dizer. Entre uns e outros, um número não grande de colaboradores menores, entre os quais alguns deixariam um rastro em obras de cultura decorosa, outros, a maioria, caíram em um merecido esquecimento. Mas até os artigos dos melhores parecem escritos, para esta revista, com a mão esquerda.

A diferença de nível cultural entre as revistas independentes e uma dentre as revistas primevas do regime (nem estou falando das revistas apenas fascistas) salta aos olhos de modo evidente. Uma presunção nacional que não permite, não digo não dar razão, mas nem mesmo dar-se conta do que acontece fora da Itália. Um vento de “primado” que

arrasta também os mais refratários, porque ninguém, uma vez entrado no turbilhão, tem capacidade de resistir, e se compete entre quem tiver o nível mais elevado de espírito nacional. A maioria das polêmicas são brigas de família, ou desabafos sem argumentos, com palavras grosseiras, com invocações do Espírito contra a Matéria, para celebrar o triunfo pessoal sobre adversários derrotados. E, acima de tudo o culto, do qual não se subtrai nem mesmo Gentile, do chefe carismático: do homem “privilegiado” que “vai criando a cada momento, como inspirado e movido por um instinto misterioso, esta nova Itália, entre a admiração atenta e a ânsia trepidante do mundo”¹⁸.

5. Quem sobreviveu

Quem quiser tentar explicar agora a razão da sobrevivência ou do se arranjar de uma cultura independente (apesar dos comprometimentos pessoais com o regime, ocasionais ou duráveis ou reincidentes, de um ou de outro homem de cultura), deverá, primeiramente, ter em conta que esse tipo de cultura, que se mantinha prudentemente longe da linha de fogo, e que se contentava com alusões compreensíveis apenas para os especialistas, incomodava pouco ou quase nada o regime. Era tolerada porque era, ou era considerada, inócua. Não obstante as queixas periódicas que se levantavam do lado dos intransigentes contra os eruditos que continuavam sentados na poltrona enquanto a Itália fascista estava de pé, ou, com outra metáfora muito frequente, ficavam na janela enquanto o povo, o povo de verdade, estava na praça (quando, um dia ou outro, alguém decidir prestar as contas dos “topos” da propaganda fascista, aqueles da “poltrona” e da “janela”, em relação aos intelectuais tradicionais, terão um lugar de destaque), a alta cultura gozou, enquanto estivesse limitada a ficar no seu próprio recinto, de uma certa proteção ou, pelo menos, de uma indiferença despreocupada. O que contribuiu, no âmbito da cultura também, como em outros, para manter entre as gerações dos mestres e dos discípulos, uma continuidade de gostos, de estilo, de problemas, uma ininterrupta comunhão de ideais ou, mais simplesmente, de modos de pensar.

Mesmo lá onde as alusões polêmicas foram mais evidentes, como aconteceu no âmbito da historiografia, pela atividade de alguns historiadores notoriamente antifascistas, o campo escolhido para um repensamento crítico da nossa história, com função de alerta e de ensinamento, foi aquele da grande tradição liberal do século XIX. Tradição que o fascismo, nas suas partes eversivas, ou acreditava morta e sepultada, ou considerava, na sua parte conservadora, que era chefiada por Gentile e os idealistas, completamente absorvida e ultrapassada no Estado fascista, exaltado como o cumprimento do desenho

da velha direita, desafortunadamente interrompido pelo democratismo positivista. O grande conflito histórico que aparecia nessas obras não era o conflito entre burguesia e proletariado, entre capitalismo e socialismo, mas sim entre Estado liberal, cujo avanço tinha sido interrompido, mas não truncado, e Estado fascista; era, portanto, a antítese característica de todas as batalhas iluministas em épocas de opressão, entre liberdade e despotismo. Não me refiro apenas às obras de Croce, nas quais se exaltava a oitocentista religião da liberdade. Penso na *Storia del liberalismo europeo* [História do liberalismo europeu] de Guido De Ruggiero, publicada em 1925, mas reimpressa em 1941; nos dois volumes sobre *L'opera politica del Conte di Cavour* [A obra política do Conde de Cavour] de Omodeo, publicados em 1940 (e ao menor, mas não menos significativo, *Vincenzo Gioberti e la sua evoluzione politica* [Vincenzo Gioberti e a sua evolução política], publicado em 1941); na história do *II pensiero politico italiano dal 1700 al 1870* [O Pensamento político italiano de 1700 a 1870] de Luigi Salvatorelli, publicada em 1935, quase no início da atividade editorial de Giulio Einaudi, e reimpressa em 1941, que termina, não por acaso, com um capítulo sobre Carlo Cattaneo. Já tive a ocasião de lembrar, em outro lugar, a extraordinária renascença do pensamento de Cattaneo naqueles anos¹⁹: basta mencionar aqui os *Saggi di economia rurale* [Ensaio de economia rural] organizados por Luigi Einaudi em 1939, e as *Considerazioni sul 1848* [Considerações sobre 1848], publicadas por Cesare Spellanzon em 1942. Observem as datas: quase todas essas obras que têm uma forte e não mais dissimulada marca política (mesmo que a polêmica contra o fascismo seja apenas indireta), aparecem por volta de 1940, isto é, quando, com a eclosão da guerra, o regime começa a vacilar. Se essas obras contêm ou deixam vislumbrar uma proposta política, essa é claramente uma proposta de restauração do Estado liberal, em que se entenda por restauração não a simples repetição mecânica do velho regime, mas sim a retomada e renovação ou, caso se queira, em um ambiente cultural em que as fórmulas hegelianas eram de casa, a negação da negação. O termo de comparação para um discurso político não apenas antifascista, mas já, ainda que de forma indireta, pós-fascista, é o nosso Ressurgimento (lembre-se do livrinho de Salvatorelli, *Pensiero e azione del Risorgimento* [Pensamento e ação do Ressurgimento], publicado às vésperas da catástrofe em 1943). Ainda que seja um Ressurgimento em que Mazzini, o republicano, não é mais o antagonista, mas sim um dos dois protagonistas, ao lado de Cavour, ou em que, como comentou muitos anos depois Walter Maturi, assistimos à formação de um novo bloco do Ressurgimento “caracterizado pela eliminação da monarquia”²⁰. Estabeleciam-se, desse modo, as bases para a interpretação da Resistência como segundo Ressurgimento, isto é, como completamento ou afirmação de uma tradição interrompida, como continuidade

histórica para além do fascismo, ou talvez, melhor, através do fascismo, e vinha a se confirmar a interpretação canônica do fascismo como “parêntese”.

Aparece, por outro lado, completamente esgotada ou interrompida a historiografia do movimento operário: se a tradição do Estado liberal é um terreno em que um historiador com autoridade pode ainda se mover com uma certa liberdade, e repelir as deformações que vêm da historiografia oficial, os problemas históricos do socialismo e do comunismo são um campo minado. Não consigo lembrar, neste âmbito, nada além dos dois manuais, corajosos não obstante alguma “camuflagem” (esta palavra foi usada pelo próprio autor em uma edição que saiu depois da libertação), de Giacomo Perticone, *Storia del Comunimo* [História do Comunismo], publicado em primeira edição em 1940 (em segunda edição, com o título mudado em *Linee di storia del comunismo* [Linhas de história do comunismo], em 1944) e *Linee di storia del socialismo* [Linhas de história do socialismo], publicado em 1941 (segunda edição em 1943). Sobre esses livros Cantimori, que escreveu sobre eles em 1946, no primeiro ano da nova revista dos intelectuais comunistas, “Società” [Sociedade], disse que tiveram “uma função nos anos anteriores”. E acrescentou: “não apenas os jovens, mas também muita gente não tão jovem, encontrava nos volumes de Perticone material bem difícil de se encontrar em outros lugares, e mais difícil ainda de encontrar reunido”²¹.

6. E quem se adaptou

Um discurso diferente tem que ser feito sobre as relações entre cultura e fascismo no campo ou nos campos que o fascismo considerava de seu exclusivo domínio, como a economia e o direito (especialmente o direito público). Aqui o alinhamento ou a adaptação foi muito mais amplo. Das mesmas cátedras em que se tinham ensinado economia ou direito constitucional, frequentemente as mesmas pessoas ensinaram economia corporativa e direito constitucional fascista, com maior ou menor convicção, alguns por obrigação da função e com a frieza do anatomista; outros com mais entusiasmo que o previsto (geralmente não exigido); outros ainda com fervor de neófitos que teriam finalmente descoberto no *homo corporativus* o novo Sujeito da História Universal, que mandaria de volta o *homo oeconomicus* para as selvas do estado de natureza de onde tinha saído. Quem olhe rapidamente o índice da maior revista fascista dessas disciplinas, o “Archivio di studi corporativi” [Arquivo de estudos corporativos], fundado em 1931, por Giuseppe Bottai, encontrará nela alguns dos maiores nomes da ciência econômica e jurídica italiana.

Estaria tentado a dizer – mas a afirmação necessitaria ser melhor documentada – que

os economistas tradicionais teriam oposto maior resistência às teorias corporativistas em nome da “ciência econômica clássica”, cuja cientificidade não era questionada (o mais famoso entre os economistas corporativistas, Gino Arias, nunca foi levado muito a sério por causa das combinações impuras entre economia e ética, entre Adam Smith e São Tomás), do que os juristas fizeram em relação ao estrago que o regime realizou nos direitos civis e políticos, que, de qualquer forma, eram garantidos pelo estatuto²². É sabido que a maioria dos juristas italianos fizeram todos os esforços para demonstrar que as inovações constitucionais do fascismo não teriam distorcido o estatuto, mas tê-lo-iam apenas modificado, completado, adaptado aos novos tempos. Foram, em síntese, os primeiros apoiadores da tese da “continuidade”, embora com um juízo de valor oposto (positivo e não negativo)²³. Enquanto o nazismo se apresentou desde o começo como antítese da constituição de Weimar, da qual destruiu rapidamente até os mínimos vestígios, o fascismo amou se apresentar antes como o salvador da estrutura do Estado ameaçado na sua própria sobrevivência pelas forças da subversão. Na pátria do direito, os juristas assumiram a tarefa de representar o Estado fascista enquanto este ia se realizando como um Estado que não abria mão do ideal do Estado de direito; tarefa, aliás, não muito difícil, porque a expressão “Estado de direito” tem muitos sentidos, e existe um sentido, que estava se difundindo na época, por obra de Kelsen, para quem todo Estado é um Estado de direito. O tribunal especial também era um órgão jurídico, enquanto instituído por um ato normativo do Estado, e julgava segundo o direito. A pergunta que teria sido mais difícil de responder era: qual direito?

De qualquer forma, é necessário reconhecer honestamente que, diferentemente do que aconteceu na Alemanha, onde os juristas oficiais fizeram tábula rasa com muita desenvoltura do princípio de legalidade em nome do princípio do Führer, os juristas italianos em geral se agarraram a esse como à única margem contra a ditadura: pelo menos até a emanção das leis raciais, o Estado fascista foi um Estado despota moderado não apenas pela geral inobservância das leis, como se disse jocosamente, mas também por um certo costume de legalidade que persistiu na administração pública e ao qual não foram estranhos os apelos dos juristas. Lúcida e já dramática expressão dessa batalha iluminista contra o arbítrio foi o livro do jovem estudioso, falecido prematuramente, Flavio Lopez de Oñate, *La certezza del diritto* [A certeza do direito], que apareceu (e teve logo um eco muito amplo) em 1942. Na única passagem em que citava o chefe do governo (para não nomear Mussolini), formulava um comentário elogioso com um certo número de palavras cujas iniciais compunham a frase: “Se fosse assim mesmo” (outro exemplo de “camuflagem” que hoje pode parecer infantil)²⁴.

7. Existiu uma cultura fascista?

A outra razão pela qual, não obstante as falhas individuais, a cultura não foi totalmente fascistizada deve-se procurar no fato de que uma cultura fascista no duplo sentido, feita pelos fascistas legítimos ou de conteúdo fascista, nunca existiu realmente, ou, pelo menos, nunca conseguiu, por mais que tivessem se esforçado muito, a tomar forma em iniciativas ou empresas duradouras e historicamente relevantes. O único grupo que tentou elaborar uma doutrina original e tentou não perder o contato com o resto do mundo foi o dos jovens gentilianos que se juntaram em torno de Bottai, na escola de ciências corporativas da Universidade de Pisa. Mas durou pouco. Os quinze minutos de fama histórica deles foi o congresso de estudos corporativos que aconteceu em Ferrara em maio de 1932, em que [Ugo] Spirito fez a proposta da corporação proprietária, destinada a causar um verdadeiro “alvorço”, proposta que foi interpretada como cripto-comunista e logo aniquilada pelos guardiões da ordem constituída, agora eles também camisas-negras²⁵. Uma iniciativa como essa de publicar uma nova edição dos clássicos do socialismo e do liberalismo não passou do segundo volume (dos quais o primeiro foi *Le carte dei diritti* [As cartas dos direitos], organizado por F. Battaglia, o segundo *I liberali italiani dopo il 1860* [Os liberais italianos após 1860], organizado por F. Piccoli)²⁶.

Uma coleção de obras econômicas, em que apareceram dois volumes variados, com ilustres colaboradores estrangeiros, sobre *A crise do capitalismo* e sobre *A economia programada*, terminou em 1935. Na série “Documenti” [Documentos] apareceram, se não me engano, apenas duas obras: a que fez barulho, de Josef V. Stálin, *Bolchevismo e Capitalismo* (1934) (na verdade se tratava de uma coletânea de textos oficiais soviéticos, incluindo a Relação de Stálin no XVII Congresso do Partido Comunista Soviético); e os *Principii politici del nazionalsocialismo* [Princípios políticos do nacional-socialismo] de Carl Schmitt, organizado por D. Cantimori (1935). Em 1937, Spirito voltou à filosofia com o livro *La vita come ricerca* [A vida como pesquisa], que representa o momento em que a escola de Gentile se encaminha para a dissolução, e se divide em uma direita apologética e uma esquerda hipercrítica, segundo a qual o sistema se inverte no problema, e o idealismo se torna problematismo. Na única passagem em que Spirito faz referência ao corporativismo, declara:

O mito da dialética [...] está na concepção da antinomia como solução e não como problema: mas, uma vez devolvida a conclusão à sua problematidade, o sistema do corporativismo deve se despir da sua veste mitológica e se revelar na sua mais modesta realidade de tentativa. Uma tentativa que não

tenha a pretensão de ter derrotado de forma definitiva a necessidade de passar de um para outro extremo, porque um e outro todavia continuam se impondo à nossa consciência de modo alternativo, dando-nos continuamente a consciência de um contraste não eliminado²⁷.

Quanto ao resto, os intelectuais integralmente fascistas – digo “integralmente” para distingui-los de todos aqueles que eram fascistas apenas nesses quinze minutos em que escreviam em uma revista fascista ou faziam uma declaração de homenagem ao Duce, enfim dos oportunistas, daqueles com fé “quando comandados”, e foram a grande maioria – eram em sua maioria chulos, entre os quais se podia distinguir o delirante, Julius Evola, ou o dileitante com vontade de grandeza, como G. A. Fanelli, que definia o fascismo “monarquia integral”²⁸. Ninguém os levava a sério, nem aqueles para os quais forneciam os produtos das suas elocubrações eruditas. Boa parte da literatura fascista estava já morta antes de nascer. Hoje se tornou tralha que pode intrigar o historiador de costumes ou da loucura humana, mais que o historiador da literatura nacional. Um bom número dos autores improvisados desses livros desapareceu na noite em que surgiram sem deixar nenhum rastro: velhos pecadores que tinham alguma imprudência a ser perdoada; os típicos arrivistas a quem parecia ter encontrado o caminho certo para fazer carreira; os conformistas crônicos; os fanáticos que se entusiasmavam facilmente; jovens criados cultuando o Duce; e, naturalmente, cabeças fracas, confusas, superficiais como se encontram em qualquer idade. Os grandes intelectuais do fascismo, entre os quais três, me parece, emergem entre todos os outros pelo vigor intelectual e pela influência real que exerceram sobre o regime e a cultura fascistas: Gentile, Alfredo Rocco e Volpe (os três coetâneos, tendo nascido os primeiros dois em 1875, o terceiro em 1876) se formaram antes do fascismo. Em 1925 tinham cinquenta anos, ou seja, uma idade em que uma pessoa começa a repetir a si mesma. Já haviam escrito as suas obras principais. Sem contar que até um homem, como Gentile, do qual não podemos deixar de reconhecer a estatura de grande intelectual, quando escrevia como “fascista”, tornava-se inflado, retórico, enchia de palavras retumbantes o vazio dos conceitos, assumia na frente dos adversários a atitude de Júpiter tonante, e, obrigado a fazer discursos oficiais nas ocasiões mais diferentes, exibía com palavras que se tornavam cada vez mais desgastadas não tanto a sua fé, quanto a sua vontade de crer. A única obra desses escritores que salvaria, por uma certa severidade da linguagem e pela força de convicção que emana dela, é *L'Italia in cammino* [A Itália a caminho] de Volpe, que é de 1927. Os velhos intelectuais que o fascismo filtrou de todos os partidos e de todos os movimentos culturais das décadas anteriores, uma vez que atracaram no porto seguro do regime, escreveram os piores livros da sua vida.

Só para citar dois que se tornaram famosos antes do fascismo: Romolo Murri, o jovem padre suscitador dos primeiros movimentos populares nos campos no final do século, excomungado em 1909, que se aproximou dos grupos radicais antes da guerra, escreve em 1923, com prefácio de Dino Grandi, *La conquista ideale dello Stato* [A conquista ideal do Estado], que é um mero arranjo de temáticas de Gentile; Enrico Ferri, positivista íntegro, ilustre criminólogo, socialista de cátedra e de comício, um dos personagens mais rumorosos do primeiro socialismo italiano, escreve em 1927 um panegírico de Mussolini tão sem vergonha que deu até arrepios nos próprios fascistas que ainda não tinham perdido o senso do ridículo²⁹.

8. A “doutrina”

No que se refere ao conteúdo da nova cultura, o que se chamará depois de “doutrina do fascismo”, o regime não teve um pensamento original: o que esse fundiu ou confundiu no seu caldeirão derivava, como foi dito várias vezes, das vertentes espirituais e ideais que se formaram – e não apenas na Itália – na primeira década do século e cujo comum denominador estava não naquilo que afirmavam, mas no que negavam, isto é, a democracia e o socialismo. Até quando as estruturas do Estado liberal-democrata tinham conseguido resolver, de tempos em tempos, a grande crise que todos os Estados capitalistas modernos atravessaram durante o seu desenvolvimento, que é a crise de participação de cada vez mais novas massas no Estado, estas várias vertentes antidemocráticas e antissocialistas não foram muito além do círculo dos intelectuais que as haviam manifestado, não tinham se tornado uma verdadeira força política. No momento em que essas estruturas começaram a ceder, depois da devastação da Primeira Guerra Mundial e depois da instauração do primeiro Estado socialista no mundo, esses mesmos ideais se tornaram, embora em uma convergência meramente pragmática, as ideologias do novo movimento que deveria dar vida ao novo Estado. Terminada vitoriosamente, no início do século, por obra do idealismo e das vertentes irracionistas, aliadas na cruzada sagrada, a batalha contra o positivismo evolucionista, a qual havia acompanhado o nascimento do movimento socialista, e contra o materialismo histórico, que – na doutrina de Antonio Labriola, que permaneceu substancialmente isolada, – havia posto as bases teóricas de uma interpretação revolucionária do socialismo, muitos dos novos fermentos então exaltados – como o primado do espírito contra a matéria, da liberdade criadora contra o determinismo superficial, do impulso vital contra o mecanicismo, da intuição contra o intelecto, da fé contra a razão, da ação contra o pensamento e por aí adiante –, parecem hoje como

os sinais premonitórios da tempestade que abalou a Europa e da qual o fascismo foi o primeiro desencadeamento.

A democracia foi atacada filosoficamente, sociologicamente e politicamente. Filosoficamente, pelos idealistas porque era iluminista, abstratamente igualitária e, por isso, anti-histórica, atomista e individualista, evocadora de uma sociedade baseada no mecanismo puramente quantitativo do sufrágio universal, o qual destrói as diferenças qualitativas, que são as únicas relevantes aos olhos de quem exalta o espírito sobre a matéria bruta; por outro lado, pelos irracionistas decadentes que, no rasto de Nietzsche, enxergavam na democracia a exaltação da moral do rebanho ou dos escravos embrutecidos por séculos de uma religião que havia exaltado os fracos, os derrotados, os oprimidos, a desvalorização das virtudes heroicas, do espírito guerreiro, da vontade de potência.

Sociologicamente, a democracia e o socialismo foram criticados pela teoria das elites, que interpretou a história humana como teatro da luta não de classes antagonistas, mas sim de elites concorrentes entre si pelo domínio sobre a massa, muito mais numerosa, mas perpetuamente inerte e desorganizada. Conservador moderado, Gaetano Mosca se limitou a constatar que nas sociedades existentes até então, mesmo nas que se proclamavam democráticas, era sempre um grupo restrito que tinha nas mãos a grande maioria dos membros do corpo social. Conservador amargurado e agressivo, Pareto amou se apresentar como observador distanciado da decadência da classe burguesa, entorpecida e enfraquecida pelos sentimentos humanitários, mas deixou entender – e quem quis entender entendeu – que uma elite digna deste nome, uma aristocracia, tem o dever histórico de defender o seu poder com unhas e dentes.

Politicamente, a democracia foi o alvo de dois fogos opostos mas ocasionalmente confluentes, um no outro, o nacionalismo e o sindicalismo revolucionário, melhor seria dizer voluntarista (ou excêntrico): o primeiro condenou a democracia como covarde, medíocre, incapaz de fazer grandes empresas, entendendo o Estado como mediador imparcial das partes em conflito, em nome da unidade da nação acima das classes, voltada para os seus destinos imperiais na guerra inevitável entre nações ricas e nações pobres; o outro, a condenou pelo seu apego ao regime parlamentar e pela sua incapacidade de promover a reviravolta do Estado burguês, evocando a ação direta da classe por meio do seu órgão natural, o sindicato. Contra o pacifismo democrático, ambos exaltaram a violência libertadora e criadora de nova história. Claro: existe violência e violência, e seria insensato condenar a violência em si, sem distinguir a violência do revolucionário daquela do reacionário. Mas, às vezes, acontece que uma penetre na outra. Sérgio Panunzio,

sindicalista revolucionário, escreveu em 1921 um livro, intitulado *Diritto, forza e violenza* [Direito, força e violência], em que exaltava a virtude ética da violência, justamente no momento em que se dispunha a tornar-se um dos maiores teóricos do Estado fascista.

Quando o fascismo, tomado o poder, começou a construir uma “doutrina”, não acrescentou nada ao que tinha herdado do passado recente: uniu o Estado ético do idealismo hegeliano à nação proletária dos nacionalistas, o dinamismo dos futuristas à exaltação do super-homem. Mais propriamente, foi sua a ideia, historicamente e totalmente inconsistente, adequada apenas à retórica celebrativa, da romanidade e da latinidade, das “legiões quadradas”, da Itália do Lictório que retomava, após séculos perdida, a grande tradição de Roma imperial, e que teria reconduzido, depois da conquista da Etiópia, à reaparição do império “nas colinas fatais de Roma”. A “doutrina”, canonizada em duas ou três variações do mesmo tema, transformou-se logo em poucas fórmulas, que foram repetidas infinitamente. O fascismo, embora inimigo do intelectualismo abstrato, não fez nada mais que transformar em um corpo morto de dogmas todas as ideias das quais se serviu para compor uma ideologia. Sufocada a batalha das ideias, não mais solicitado pelo confronto com outras ideologias, o fascismo deu voltas sem rumo, perdendo a cada volta um pouco do impulso inicial, até se reduzir à imobilidade do catecismo, à rigidez do cerimonial, à exegese subserviente dos textos sagrados. Quem ler hoje uma revista fascista, do primeiro ao último número – convido a fazer este experimento com uma das revistas menos ingênuas, como “Critica fascista”, quinzenal, que durou sem interrupções de 1923 a 1943, dirigida por Bottai, captador habilidoso de intelectuais – fica impressionado pela monotonia mortífera dos argumentos, pela angústia do horizonte cultural, pela falta total de análises concretas de situações reais: um espelho horrível para os intelectuais que veem refletida, neste exercício de palavras que falam por si mesmas, a própria função de fabricantes de cortinas de fumaça. Com o agravante, ainda que de ano em ano, o tom se tornou cada vez mais exaltado, a retórica cada vez mais fastidiosa, as ideias cada vez mais abomináveis. “Gerarchia” [Hierarquia], a revista oficial do partido, tornou-se cada vez mais cinzenta, mais pobre, mais abandonada por qualquer lampejo de inteligência. Se por volta dos anos de 1930 a escola de ciências corporativas dos jovens gentilianos realizava a própria atividade, por volta dos anos de 1940 os intelectuais sobreviventes, agora já enquadrados, deram vida ao Instituto de Mística Fascista, cujo diretor explicou que “a fonte, sozinha, a única fonte da mística é [...] Mussolini, exclusivamente Mussolini. E exclusivamente ele é o ponto firme, é a característica fundamental da mística [...]. O fascismo para nós, místicos, é Mussolini, unicamente, exclusivamente Mussolini”³⁰. Em um encontro realizado em 1940 o mesmo diretor falou na conclusão dos trabalhos:

“Nós somos místicos porque somos os raivosos, ou seja, os sectários, se assim se pode dizer, do Fascismo, homens partidários por excelência e, portanto, também absurdos. Sim, absurdos [...]. A história com H maiúsculo, sempre foi e sempre será um absurdo: o absurdo do espírito e da vontade que dobra e vence a matéria: ou seja, mística”³¹. Um bom exemplo, não resta nada a dizer, de “destruição da razão”.

9. E as suas variações

As principais variações sobre o tema da doutrina fascista foram substancialmente as três seguintes.

Da ideia motriz comum, segundo a qual o fascismo teria combatido sempre em duas frentes, contra a frente do liberalismo por um lado, e contra aquela do socialismo pelo outro, partiu, primeiramente, uma linha conservadora, própria dos velhos liberais como Gentile, que faziam referência à direita histórica, segundo a qual o Estado fascista não era nada mais que a realização do liberalismo, o Estado liberal não mais corrompido pelo democratismo plebeu e (bem entendido) naturalista, o liberalismo conduzido até o seu verdadeiro cumprimento. Basta lembrar que a revista de Gentile, já citada, “Educação política”, que se tornou depois “Educação fascista”, foi a continuação (seguindo também o numeração dos anos) de uma revista anterior, em que apareceram como “colaboradores fundadores” no primeiro número de janeiro 1923 (portanto, logo depois da marcha sobre Roma) Antonio Anzilotti, Croce, Lombardo Radice, Volpe, intitulada “La nuova politica liberale” [A nova política liberal], cujo próêmio, escrito por Carmelo Licitra e datado de 4 de novembro de 1922, quase como comentário do evento histórico de 28 de outubro, identifica na teoria do Estado ético a retomada da política da direita histórica. E, deixando de lado voluntariamente a idade obscura do positivismo e do democratismo, evoca a ressurreição de Gioberti: começa com um artigo de Gentile intitulado *II mio liberalismo* [O meu liberalismo], em que o liberalismo “dele”, como *lucus a non lucendo*, é aquele que “afirma rigorosamente o Estado como realidade ética, a qual é, ela mesma, a realizar, e se realiza realizando a liberdade”³². É seguido por um artigo do próprio Licitra, intitulado *Mussolini e noi* [Mussolini e nós], em que Gentile já é chamado de (em novembro de 1922) “filósofo do fascismo”, e onde, em algumas variações sobre o tema “Mussolini como fé” se podem reencontrar todos os elementos para uma reconstrução da concepção do poder carismático³³. No final do segundo ano, um aviso aos leitores anunciava que a etiqueta “liberal” tinha se tornado supérflua porque era equívoca, e a revista mudaria de nome (sem precisar mudar de substância).

A segunda linha interpretativa foi aquela dos mediadores: o fascismo não como continuação ou restauração, mas como inovação, enquanto síntese de liberalismo e de socialismo, ou seja, de duas doutrinas opostas que no impacto tinham se mostrado ambas unilaterais e incapazes de resolver os grandes problemas levantados pela crise pós-bélica, meras abstrações que encontrariam a sua realização prática em uma terceira doutrina que tivesse conseguido ir além do individualismo atomizador de um e do coletivismo nivelador do outro. Na fórmula de Spirito: “o corporativismo como liberalismo absoluto e como socialismo absoluto”³⁴. O termo do meio, justamente, entre indivíduo e Estado, é a corporação, em que Estado e indivíduo, antes hostis, encontram-se e unificam-se em uma única realidade concreta. Foi de longe a linha mais seguida, que se tornou, aos poucos, dominante por meio da afirmação da concepção corporativista do Estado, e teve a consagração oficial na Carta do Trabalho de 1927.

Sobre uma terceira linha se colocou a interpretação que teve maiores ambições revolucionárias: o fascismo como alternativa histórica ao bolchevismo, e, portanto, como revolução universal segundo a fórmula: ou Roma ou Moscou. Fascismo e bolchevismo estavam unidos pela derrota que haviam causado aos regimes liberal-demo-plutocratas; mas o fascismo era a revolução construtiva, descendente do luminoso gênio latino, era uma revolução do espírito; o bolchevismo era a revolução destrutiva, nascida nas estepes asiáticas, era uma revolução da matéria. Em um livro que se tornou referência, intitulado *II bolscevismo* [O bolchevismo], lançado em 1940, Guido Manacorda começava desse jeito: “Em princípio é a matéria”. Considerava como elementos essenciais do bolchevismo o marxismo, a mística, o mecanismo, o naturismo. Fixada a afinidade entre as duas revoluções na luta contra a democracia liberal, individuava a diferença da revolução bolchevique em relação àquela fascista no materialismo ateu e no asiaticismo, aos quais “Roma opõe, e sempre oporá, moderação, construção, consciência, síntese e conciliação de razão e sentido, de espírito e natureza, clareza...” enumerando assim por diante³⁵.

10. As instituições culturais

Entre fascismo e cultura a relação foi sempre muito atribulada: nascido com uma atitude anticulturalista – primado da ação sobre o pensamento, vale mais um *esquadrista* que um professor; existe mais cultura na cassetada que no rabiscar do intelectual –, o fascismo não pôde abrir mão, com tantos intelectuais que o haviam criado e apoiado em tempos difíceis (lembre-se do Manifesto dos Intelectuais Fascistas promovido por Gentile), de se atribuir uma respeitabilidade cultural: cultura, sim, desde que fosse cultura fascista.

Mas o confronto entre incultos e cultos, entre os intransigentes e os “revisionistas”³⁶, bem representado por Farinacci e por Bottai, nunca acabou. O discípulo de Farinacci, Mario Carli que, junto com Settimelli, dirigia o *journal* dos ultra, “L’Impero” [O Império], menosprezou o manifesto gentiliano, disse que Gentile não havia entendido nada do fascismo, e muito menos os professores que o assinaram; protestou dizendo que o fascismo não necessitava de uma doutrina, tendo na sua frente “um formidável cérebro como Benito Mussolini”; considerou uma pretensão “absurda” que o fascismo marchasse “pelas ruas sem saída de uma doutrina codificada preventivamente, levando adiante, ao invés de um monte de galhardetes avassaladores, uma biblioteca com os seus lampejos”. Nos culpamos por não ter uma doutrina e uma filosofia. “Muito obrigado: que novidade! Mas se o principal mérito do fascismo é ser a anti-doutrina e a anti-filosofia por definição”³⁷.

Do outro lado estavam, justamente, os professores³⁸, chefiados por Gentile, que afirmavam que a cultura fascista existia, mas era outra coisa. Qual coisa? Gentile se empenhou a fundo também nesta empresa, como presidente do Instituto Nacional Fascista de Cultura, nascido em 1926 e que se transformou em Instituto de Cultura Fascista apenas dez anos mais tarde. Ele publicou os seus principais escritos fascistas em um volume lançado em 1928 que intitulou *Fascismo e cultura*: o fascismo não era anti-cultura, mas tampouco uma doutrina já totalmente formada, porque era um modo determinado de conceber a cultura, de fazer cultura, não aquele dos eruditos, que ficam fechados nas próprias celas, mas sim dos homens de fé que descem para a luta para realizar os altos ideais indicados pela orientação infalível do chefe. Quais fossem as características que a nova cultura deveria ter para ser chamada de “fascista”, isto foi longamente e variadamente discutido nas revistas. Era um conteúdo determinado, que logicamente teria excluído outros e, portanto, uma suma de princípios que acabaria constituindo e consagrando uma “doutrina”, ou era uma atitude do espírito, um modo de sentir e conceber que deveria permear todos os conteúdos? Era uma forma de conhecimento ou uma fé? E implicava um engajamento total, como se dizia, religioso, ou permitia uma distinção entre dois âmbitos, aquele da cultura sem adjetivos, e aquele da cultura engajada? Existia, ao lado da cultura fascista, uma cultura dos fascistas, que era pura e simplesmente a velha cultura, da qual os fascistas também necessitavam? E ainda, qual era a relação entre cultura e política, entre pensamento e ação? Até para todas essas perguntas, como para todas as discussões que ameaçavam durar tempo demais, existia uma forma rápida e segura de solução: a *reductio ad duces*. Em “Critica fascista”, Agostino Nasti escreveu, em um artigo intitulado *Piagnoni della cultura* [Lamentosos da cultura] (1936): “esta gente não pensa, talvez, que Mussolini, além de tantas outras coisas, é também, ele próprio, um grandíssimo fato de

cultura que preenche o século XX, pois com o seu pensamento renovou grande parte da cultura italiana, aliás, daquela europeia e mundial”³⁹.

Ao lado do Instituto Fascista de Cultura, que deveria forjar o espírito das novas gerações, o regime criou, no mesmo ano de 1926, a Academia da Itália, que deveria agregar os ilustrados de fama indiscutível (muitos dos primeiros afiliados, de fato, não se destacavam por peculiares méritos fascistas). No discurso ao Senado Mussolini disse: “será o sinal do reconhecimento nacional para os homens que honraram e honrarão mais ainda o país com a elevação da sua mente”. O assentamento aconteceu apenas três anos depois. Nesta ocasião (28 de outubro de 1929) Mussolini aumentou o tom e disse: “pode-se imaginar a Academia como o farol da glória que indica o caminho e o porto aos navegantes nos oceanos inquietos e sedutores do espírito”⁴⁰. Em 1935, por iniciativa do ministro De Vecchi, introduziu-se nas universidades o curso de doutrina do fascismo. Em 1936, depois da conquista do império, criou-se em Milão o Instituto para os Estudos do Fascismo Universal, com a finalidade de estudar o pensamento fascista do ponto de vista da universalidade da sua doutrina e da sua missão no mundo. Entre 1934 e 1940 aconteceram anualmente nas universidades os *Littoriali* da cultura, que foram uma das meninas dos olhos do regime: seria suficiente um olhar aos produtos que saíam dessas grandes assembleias da cultura fascista para se dar conta da pobreza de ideias, da mecanicidade das fórmulas, da falta de originalidade de conteúdos a que estava era reduzida a doutrina oficial.

A cultura fascista era, na verdade, uma grande fábrica de estereótipos para o doutrinamento das massas e dos jovens, de palavras de ordem que depois eram transmitidas para a escola, por meio dos jornais e do rádio. Em setembro de 1934, por imitação direta dos nazistas que tinham acabado de chegar ao poder, instituiu-se uma subsecretaria para a imprensa e a propaganda que se tornou, no ano seguinte, um ministério (com Galeazzo Ciano primeiro, Dino Alfieri depois). Ministério que em 1937, banida a palavra “propaganda”, que pareceu vulgar ou talvez honesta demais, foi chamado de Ministério pela Cultura Popular (o Minculpop, de famigerada memória)⁴¹. Ottavio Dinale comentou no “Popolo d’Italia” [Povo de Itália]: a cultura popular “é, por definição, e deverá ser na realidade, a solução conclusiva de toda a obra e dos esforços complexos da Revolução, para dar ao povo consciência fascista, espírito fascista, impulso, equilíbrio e juízo fascista”⁴². Note-se a expressão “dar ao povo”. Não podia passar nem de longe pela cabeça de um fascista que o povo fosse um sujeito. Este povo indiferenciado, deliberadamente, nunca bem identificado, era apenas o destinatário e o beneficiário de uma cultura já feita para ele e sem ele.

II. Dentro e além do regime

Não obstante todo esse empenho pela “fascistização” da cultura e a imponência do aparato, vozes de descontentamento continuaram se levantando entre os mais fiéis. A adequação era lenta; as resistências eram subterrâneas e, portanto, mais difíceis de serem abafadas; a fé, aquela fé, sem a qual não existia espírito fascista genuíno, era como a coragem de Dom Abbondio: quem não a tinha, não poderia dar. No IV Relatório dos Institutos Fascistas de Cultura em Palermo em 1935, Bottai reconheceu “a inadequação revolucionária e construtiva dos estudos corporativos destes últimos anos”; definiu o panorama “não muito brilhante”, concluiu maravilhando-se que “no nosso próprio campo não haja um amplo crescimento de plantas e de frutos novos, não haja o florescimento, que seria lógico esperar, quando vivemos no auge de uma experiência construtiva como a nossa”⁴³. Queixas deste tipo, com ameaças obscuras de desinfetar os cantos onde se aninham os irrecuperáveis, estão na ordem do dia. No mesmo congresso, Arturo Marpicati, referindo-se a uma circular de Starace, convidou a “fazer uma limpa dos círculos, circulozinhos culturais e similares, nos quais se aninham frequentemente resíduos do a-fascismo, quando não do antifascismo”⁴⁴.

Esse descontentamento, essas queixas, refletiam uma situação real. O fascismo conseguiu o objetivo de atingir um conformismo geral em relação também às suas fórmulas culturais, não apenas – é preciso reconhecer – porque foram impostas, mas também porque encontraram um terreno especialmente favorável em uma tradição de cultura retórica, espiritualista, alimentada pelo idealismo, limitadamente humanista, que havia se libertado com um gesto de irritação do positivismo, e também de tudo o que o positivismo representava como ruptura de uma filosofia especulativa exaltada como a filosofia das escolas italianas; que desprezava os fatos e se inebriava em troca de palavras; que sempre havia ficado contra a ciência, as ciências, como uma forma inferior de pensamento, contrapondo às difíceis simplificações de qualquer pesquisa empírica as fáceis abstrações (não pareça uma contradição) do pensamento que pensa a si mesmo. Mas, não obstante tudo, a difusa observância exterior das diretivas culturais nunca se transformou em convicção profunda, não deu à luz uma “nova cultura”. A “doutrina” foi uma espécie de uniforme que os filhos do Littorio vestiram, mais ou menos desajeitadamente, com maior ou menor entusiasmo, mas ficaram bem felizes em jogar fora quando se deram conta que o serviço obrigatório tinha acabado.

Quem hoje observar o panorama da cultura italiana desses anos, falo sobretudo da cultura literária, histórica, filosófica – outro discurso deveria ser feito para as artes figurativas e para

a arquitetura – mal consegue perceber que na Itália tivesse acontecido esse terremoto que o fascismo havia sido ou repetia obsessivamente ser⁴⁵. Apareceu nesses anos a maior parte das obras dos nossos três maiores poetas, Montale, Saba, Ungaretti, que representaram o fim do dannunzianismo (embora Ungaretti seja um típico caso dessa dissociação entre o escritor e o homem da qual falei antes). Formaram-se e publicaram as suas primeiras obras, os escritores que tiveram a primazia nos anos após a libertação: Moravia com *Os indiferentes*, de 1929, *Ambições erradas*, de 1935; Cesare Pavese, com os poemas de *Trabalhar cansa*, de 1936; Elio Vittorini, com a *Conversa na Sicília*, de 1941, que foi lido como um grito de protesto contra a monstruosidade do destino que recaía sobre o mundo. Corrado Alvaro publicou em 1938 *O homem é forte*; Dino Buzzati, em 1940, *O deserto dos Tártaros*. Por meio da incansável obra de Pavese e Vittorini, os anos do eixo Roma-Berlim foram também aqueles em que o leitor italiano descobriu o romance popular ou, se quiser, populista americano: o Steinbeck de *Ratos e homens*, de *Boêmios errantes*, *As vinhas da ira*; o Faulkner de *Luz em agosto*; o Caldwell de *Pequeno rincão de Deus* e de *A estrada do tabaco*; o Dos Passos de *Paralelo 42*⁴⁶.

Duas das vertentes filosóficas que dominariam após a libertação, o existencialismo e o positivismo lógico, surgiram entre 1930 e 1940, o primeiro com *A estrutura da existência* de Nicola Abbagnano, publicado em 1939, ao qual seguiu o debate sobre o existencialismo que aconteceu em “Primato” [Primado], em 1943; o segundo com vários escritos, de 1934 em diante, de Ludovico Geymonat, o primeiro na Itália que entrou em contato direto com o Círculo de Viena, e divulgou os seus autores e obras. Após a Concordata, com a queda em desgraça do *gentilianismo*, filosofia leiga e imanentista, a filosofia oficial da segunda década, dividida entre neotomistas e ecléticos, não deixou nenhum rastro, e já estava morta antes de nascer⁴⁷. Dois jovens idealistas, mesmo que sempre estivessem *in partibus infidelium*, Aldo Capitini e Guido Calogero, criaram um dos mais combativos grupos antifascistas clandestinos da nova geração, o grupo dos “liberais-socialistas”, que estabeleceu o seu reduto na Escola Normal de Pisa: o primeiro publicou, em 1937, os *Elementi di un’esperienza religiosa* [Elementos de uma experiência religiosa], que, sob o inocente título, continha um convite aberto para a não-colaboração; o segundo publicou, em 1939, um livro de pedagogia da liberdade, intitulado *La scuola dell’uomo* [A escola do homem].

O único movimento de ideias ao qual se deu o mais completo ostracismo e não deu mais lugar a pesquisas ou repensamentos foi o socialismo científico. Ainda não foi escrita a história da fortuna do marxismo na Itália desses anos. Mas é fato que as gerações que se

formaram sob o fascismo foram mantidas no mais completo analfabetismo em relação à história e ao desenvolvimento do marxismo. Bem ou mal, as várias vertentes de ideias que haviam alimentado o pensamento liberal continuaram a escorrer sob a casca da doutrina oficial fascista como um rio subterrâneo destinado a reaparecer um dia ou outro à luz do sol. A cultura marxista foi completamente erradicada. Não gostaria de errar, mas, do advento do fascismo em diante, o único texto de Marx publicado foi o *Manifesto* no volume da Nova Coleção dos Economistas, em 1934, já citado, que recolhia *As cartas dos direitos* (1934), e na reimpressão que Croce organizou da *Concepção materialista da história* de Antonio Labriola, em 1938, e, portanto, nunca como obra autônoma⁴⁸. Teve um sucesso desproporcional em relação ao seu valor e era de péssima qualidade, como notado várias vezes, a obra de Henri de Man, *Para além do marxismo*, consagrada por Croce⁴⁹, e seguida de *La gioia del lavoro* [A alegria do trabalho], publicadas pela Editora Laterza respectivamente em 1929 e 1931. Até mesmo a nova editora, Einaudi, que teve início em 1934, com claros entendimentos de crítica política, nunca chegou a tocar o campo do socialismo. O texto mais audacioso que apareceu nos anos do noviciado do grupo de seus colaboradores, em 1942, foi o *Saggio sulla Rivoluzione* [Ensaio sobre a Revolução] de Carlo Pisacane, organizado por Giaime Pintor. De resto, o pouco que apareceu nas revistas fascistas sobre Marx e o marxismo era uma repetição de lugares comuns da “filosofia da reação”, que criou um verdadeiro gênero literário, classificável sob a etiqueta, retomada ainda recentemente, de “aquele que não entendeu Karl Marx”.

Na minha memória, o único ensaio, que apareceu no círculo acadêmico, digno de estar em uma bibliografia essencial, foram as notas de Giuseppe Capograssi, escritas na ocasião da publicação, no primeiro volume da *Gesamtausgabe*, do então famosíssimo inédito marxiano, *Crítica da filosofia do direito público de Hege*⁵⁰. O primeiro sinal de uma retomada do marxismo teórico serão os escritos de Galvano Della Volpe, começando com o anti-rousseauiano *Discorso sull'ineguaglianza* [Discurso sobre a desigualdade] (1943) para chegar a, passando pela *La teoria marxista dell'emancipazione umana* [Teoria marxista da emancipação humana] (1945), *La libertà comunista* [A liberdade comunista] (1946).

Não significava que o marxismo teórico tivesse morrido. Pelo contrário, o seu intérprete italiano mais original escreveu as suas maiores obras “für ewig”, como ele mesmo disse, justamente nesses anos. Mas não as escreveu nas revistas públicas, nem naquelas da cultura oficial, e tampouco nas da cultura que se dizia independente. Elas foram escritas entre 1929 e 1934 em alguns cadernos que o governo régio lhe permitiu ter consigo e preencher com as suas reflexões, em uma cela do cárcere de Turi. Qual testemunha mais dramática,

e mais reveladora também, das relações entre cultura e fascismo? A obra destinada a renovar a cultura italiana após a libertação foi escrita não em uma erudita e gloriosa universidade, mas em uma prisão de Estado.

1. Extraído de *Fascismo e società italiana* [Fascismo e Sociedade italiana]. Org. Guido Quazza. Einaudi. Tradução: Gesualdo Maffia. Revisão: Erica Salatini, docente UFBA, coordenadora do grupo de pesquisa PLIT-ILUFBA.
2. FORGES DAVANZATI, R. *Fascismo e cultura*. Florença, 1926, pp. 5-6.
3. O discurso de Martinetti, publicado um ano depois da sua morte (que aconteceu em 22 de março de 1943), em um número semi-clandestino da “Rivista di filosofia” [Revista de Filosofia], lançada em 1944, com o título *I congressi filosofici e la funzione sociale e religiosa della filosofia* [Os congressos filosóficos e a função social e religiosa da filosofia], IN: “Rivista di filosofia”, XXXV, 1944, pp. 101-8, com uma nota de redação que apresenta a ocasião em que foi pronunciado.
4. FORGES DAVANZATI, p. 8.
5. *Ib.*, p. 17.
6. *Ib.*, p. 37.
7. GENTILE, Giovanni. *Il congresso filosofico di Milano* [O congresso filosófico de Milão] (1926). IN: *Fascismo e cultura*, Milão, 1928, p. 106. Não ficou para trás nem o discípulo e colaborador de Gentile, C. Licitra, que não renunciou a inferir contra o congresso mais ou menos com os mesmos argumentos: “não se escandalizem alguns dos nossos amigos, se afirmamos que aqui também a ação fascista corresponde plenamente à filosofia italiana de hoje e que o santo coice fascista varre os simulacros quebrados pelas pauladas fascistíssimas que o nosso idealismo vai dando há mais de vinte anos. A caneta agora já era inútil, era necessário o santo coice”. Em relação a De Sarlo, ele era naturalmente “uma velha múmia do mais velho psicologismo” (*La filosofia dei congressisti di Milano*. [A filosofia dos congressistas de Milão] IN: “Educazione politica” [Educação política], IV, 1926, fasc. I, pp. 187-88).
8. Entre a composição deste meu escrito e a publicação apareceu o amplo ensaio de G. TURI. *Il progetto dell'enciclopedia italiana: l'organizzazione del consenso fra gl'intellettuali* [O projeto da enciclopédia italiana: a organização do consenso entre os intelectuais]. IN: “Studi storici” [Estudos Históricos], XIII, 1972, pp. 93-152.
9. OJETTI, U. *A Sua Eccellenza Benito Mussolini* [Sua excelência Benito Mussolini]. IN: “Pegaso”, I, 1929, p. 89. Quase em todos os números da revista, uma carta aberta de Ojetti a este ou àquele personagem oficial mantém claramente a função de para-raios. De resto, a revista, que havia tomado a tarefa de desprovincianizar a cultura italiana, tinha uma característica intencionalmente cosmopolita.
10. SOLARI, P. *Estetica razzista* [Estética racista]. IN: “Pan”, II, 1934, n. 1, p. 267.
11. Publicada também no “Giornale critico della filosofia italiana” [Jornal crítico da filosofia italiana], X, 1929, pp. 161-70, depois publicada no volume *Introduzione alla filosofia* [Introdução à filosofia], Milão-Roma, 1933, com o título *Lo Stato e la filosofia* [O Estado e a filosofia], pp. 174-88.
12. *Eia, Eia, Eia, Alalà. La stampa italiana sotto il fascismo 1919-1943*. [Eia, Eia, Eia, Alalà. A imprensa italiana

sob o fascismo 1919-1943]. Antologia organizada por Oreste Del Buono, com prefácio de N. Tranfaglia, Milão, 1971. No prefácio, Tranfaglia distingue duas interpretações atuais sobre a relação entre intelectuais e fascismo: uma, segundo a qual o fascismo teria sido, em relação à cultura italiana, um fenômeno epidérmico; e a oposta, que explicaria tudo com a traição dos intelectuais. E considera que as duas estejam erradas. Eu, pelo contrário, acredito que, não sendo totalmente incompatíveis (a “traição” não constitui uma “nova cultura”), as duas estejam corretas. Justamente pelo fato que a maioria dos intelectuais que ostentaram o seu fascismo eram “traidores” e sabiam que o eram (melhor “vermelho” que “morto”), a cultura tradicional foi pouco ou quase nada afetada por isso. Continuo acreditando na tese, a que se refere Tranfaglia, da continuidade entre pré-fascismo e fascismo, entre fascismo e pós-fascismo, e portanto, continuo trazendo argumentos para a velha tese da continuidade entre pré-fascismo e pós-fascismo *através* ou *durante* o fascismo.

13. ACCETTO, T. *Della dissimulazione onesta*. IN: *Politici e moralisti del Seicento*, organizado por B. Croce, na coleção “Scrittori d’Italia”, Bari, 1930, p. 151. (Trad. Bras: ACCETTO, Torquato. *Da dissimulação honesta*. Trad. Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 19).

14. CANTOMORI, D. *Eretici italiani del Cinquecento. Ricerche storiche* [Hereges italianos do século XVI. Pesquisa histórica]. Florença, 1939, p. 70.

15. BONSANTI, A. *La cultura degli anni trenta: dai littorali all’antifascismo* [A cultura dos anos 1930: dos littorali ao antifascismo]. IN: “Terzo programma [Terceiro programa], n. 4, 1963, p. 188.”

16. No n. 1 (1927), antes do prómio intitulado *Continuando*, assinado “A direção”, mas escrito por Gentile, é reproduzida uma carta de Mussolini que começa com as seguintes palavras: “Por minha vontade, esta revista muda o seu título [...]. A mudança não é puramente formal. Ela é ditada por uma necessidade fundamental do Fascismo: a necessidade totalitária e integral. A educação política é uma parte, a educação fascista é o todo que compreende essa parte e, ao mesmo tempo, a ilumina”.

17. GENTILE, G. *Le origini della filosofia contemporanea in Italia. I neokantiani (1911)* [As origens da filosofia contemporânea na Itália. Os neo-kantianos]. Agora IN: ID. *Storia della filosofia italiana* [História da filosofia italiana]. E. Garin (org.), Florença, 1969, vol. II, p. 502.

18. ID. *Il nostro programma* [O nosso programa]. IN: “Educazione fascista” [Educação fascista], V, 1927, p. 260.

19. BOBBIO, N. *Una filosofia militante. Studi su Carlo Cattaneo* [Uma filosofia militante. Estudos sobre Carlo Cattaneo]. Turim, 1971, p. 204.

20. MATURI, W. *Interpretazioni del Risorgimento* [Interpretações do Ressurgimento]. Turim, 1962, p. 557.

21. CANTIMORI, D. *Una storia del socialismo* [Uma história do socialismo]. IN: “Società” [Sociedade], I, 1946, pp. 246-60; agora IN. *Studi di storia* [Estudos de História]. Turim, 1959, pp. 253-75, do qual cito. A passagem citada se encontra na p. 255. A respeito da “camuflagem”, Cantimori, historiador dos movimentos heréticos, escreve: “a história da literatura religiosa e política conhece, faz um longo tempo, estas constelações, cujos elementos principais são, de um lado, controle preventivo, repressão, censura, intervenção do censor; do outro lado, truques e subterfúgios de todos os gêneros, dolorosos por que degradantes, mas não julgáveis de forma moralista” (p. 256).

22. Refere-se à constituição monárquica italiana, o Estatuto Albertino [Nota do tradutor].
23. Quem quiser ler hoje uma história crítica do direito constitucional fascista, deverá utilizar a obra de dois estudiosos antifascistas exilados: TRENTIN, S. *Les transformations récentes du droit public italien*, Paris, 1929, e FERRARI, F. L. *Le régime fasciste italien*, Bruxelles, 1928.
24. LOPEZ DE OÑATE, F. *La certezza del diritto* [A certeza do direito]. Roma, 1942; reimpresso por G. Astuti (org.), com prefácio de G. Capograssi, Roma, 1950. A passagem citada se encontra na p. 162.
25. Essa expressão é do próprio Spirito, e se encontra na introdução a *Capitalismo e corporativismo*. Florença, 1933, p. XIII: “ficaria a terrível fórmula da *corporação proprietária*, a que gerou todo esse alvoroço. Então, vamos deixá-la de lado e não vamos pensar mais nela. Eu, por minha conta, pensei sobre isso até hoje e me convenci que, se aceitarmos todo o resto, a corporação proprietária pode até parecer ultrapassada”. Para uma crítica e uma avaliação do corporativismo de Spirito, cf. LANARO, S. *Appunti sul fascismo di sinistra. La dottrina corporativa di Ugo Spirito* [Anotações sobre o fascismo de esquerda. A doutrina corporativa de Ugo Spirito]. IN: “Belfagor”, XXVI, 1971, pp. 577-99. Em geral, sobre o pensamento de Spirito, cf. NEGRI, ANTIMO. *Dal corporativismo comunista all’umanesimo scientifico. Itinerario teoretico di Ugo Spirito* [Do corporativismo comunista ao humanismo científico. Itinerário teórico de Ugo Spirito]. Manduria, 1964.
26. Quando anunciaram a coleção (“Nuovi studi di diritto economia e politica” [Novos estudos de direito e economia política], VI, 1933, p. 379), foram indicadas como já em preparação obras de Marx e Engels, Locke, Rousseau, Montesquieu, Saint-Simon, Bentham, Hegel, Mazzini, além de coletâneas de socialistas de Estado, socialistas italianos, liberais italianos, liberais americanos.
27. SPIRITO, U. *La vita come ricerca* [A vida como pesquisa]. Florença, 1937, p. 206.
28. FANELLI, G. A. *Contra Gentiles. Mistificazioni dell’idealismo attuale nella rivoluzione fascista* [Contra Gentiles. Mistificações do idealismo atual na revolução fascista]. Roma, 1933. IN: “Biblioteca del Secolo fascista” [Biblioteca do século fascista], Série II, n. 2. A definição do fascismo como “monarquia integral” se encontra na p. 177 e faz referência a um livro anterior do mesmo autor, *Dalla insurrezione fascista alla monarchia integrale* [Da insurreição fascista à monarquia integral], Roma, 1925.
29. FERRI, E. *Mussolini Uomo di Stato* [Mussolini, homem de Estado]. IN: “Mussolinia”. Biblioteca Editora de Propaganda Fascista, dirigida por F. Paladino, n. 22, Mântua, 1927. A ideia central é que os grandes homens, entre os quais Mussolini, são como “acumuladores elétricos”, que “recolhem a eletricidade difusa, que está na atmosfera ao redor deles e que sem eles ficaria estéril, vaga, inapreensível” (p. 20). Confira uma crítica feroz, por exemplo, em “Educazione fascista” [Educação fascista], V, 1927, pp. 249-50.
30. GIANI, N. *Civiltà fascista, civiltà dello spirito* [Civilização fascista, civilização do espírito]. IN: “Gerarchia” [Hierarquia], 1937, pp. 513-14.
31. ID. *Perché siamo dei mistici* [Porque somos míticos]. In: “Gerarchia”, 1940, pp. 155-56.
32. GENTILE, G. *Il mio liberalismo* [O meu liberalismo]. IN: “La nuova politica liberale”, I, 1923, p. 9. Este artigo foi publicado depois no volume GENTILE, G. *Che cosa è il fascismo. Discorsi e polemiche*

[O que é o fascismo. Discursos e polemicas]. Florença, 1925, pp. 119-22. Esta ideia da continuidade entre liberalismo e fascismo foi, pelo menos no começo, uma ideia de professores. Assim ERCOLE, F. *Per la nazione oltre la libertà: fascismo e liberalismo* [Pela nação além da liberdade: fascismo e liberalismo] (1924): “o fascismo não é necessariamente antiliberal, como o liberalismo enquanto tal, não tem razão de ser necessariamente antifascista. São muitos os pontos de contato entre as duas tendências teóricas e práticas” (IN: *Dal nazionalismo al fascismo. Saggi e discorsi* [Do nacionalismo ao fascismo. Ensaio e discursos]. Roma, 1928, p. 151). O fascismo não se opõe ao liberalismo, mas sim ao democratismo, fundado sobre o dogma da soberania popular.

33. “O fundamento vivo que consolida e dá força de persuasão e de ação àquelas ideias que têm realmente em Mussolini valor de princípios [...] não é um conceito que em si as segure e as consolide, mas sim uma fé que vai além dos nexos lógicos e que, apenas na ação, encontra o seu princípio de vitalidade e de coerência”. Ou então: “nessa fé está toda a sua força, porque por meio dessa ele se eleva acima da sua própria cultura e se fortalece contra qualquer tentativa de crítica”. Ou ainda: “e nós estaremos com Mussolini, pela sua fé”. E por fim: “o Estado que nós entendemos e que para o qual o próprio Mussolini tende é Estado essencialmente religioso e educador, em todas as ordens da sua vida” (LISITRA, C. *Mussolini e noi* [Mussolini e nós]. IN: “La nuova politica liberale”, I, 1923, pp. 14 e 15).

34. Spirito publicou um artigo com esse título, *Il corporativismo como liberalismo absoluto e socialismo absoluto* [O corporativismo como liberalismo absoluto e socialismo absoluto]. IN: “Nuovi studi di diritto, economia e politica” [Novos estudos de direito, economia e política], V, 1932, pp. 285-98; depois publicado no volume *Capitalismo e corporativismo*, op. cit., pp. 27-44.

35. MANACORDA, G. *Il bolscevismo* [O bolchevismo]. Florença, 1940, p. 270. A mesma contraposição entre revoluções construtivas (a Revolução Francesa, o Ressurgimento, o nacional-socialismo e o fascismo) e revoluções negativas ou destrutivas (como a Comuna de Paris e a revolução bolchevique) em MAGGIORE, G. *La politica*, Bolonha, 1941, pp. 331 e s. Sobre a revolução russa: “parece que uma maldição recaí sobre essa revolução materialista, imoral, antirreligiosa, anti-romana, anti-europeia, anti-humana. Nascida do sangue, ela será cancelada pelo sangue” (p. 337).

36. “Revisionismo” foi definida a posição dos “apoiadores de Bottai”, em seguida a um artigo publicado em outubro de 1923 em “Crítica fascista” pelo próprio Bottai, *Esame di coscienza* [Exame de consciência] (agora IN: BOTTAI, G. *Pagine di critica fascista* [Páginas de crítica fascista], organizado por F. M. Paces, Florença, 1941, pp. 275-82). Veja também *Dichiarazioni sul revisionismo* [Declarações sobre o revisionismo] (julho 1925), ib., pp. 375-81, e *Il revisionismo: postilla polemica* [O revisionismo: pós-escrito polêmico] (fevereiro 1925), ib., pp. 402-8.

37. CARLI, M. *Fascismo intransigente. Contributo alla fondazione di un regime* [Fascismo intransigente. Contribuição à fundação de um regime]. Prefácio do honorável deputado R. Farinacci, Florença, 1926. Trata-se de uma coletânea de artigos da revista “Império”. As citações são tomadas do artigo *Il Manifesto dei professori* [O manifesto dos professores], pp. 45, 48 e 49.

38. Dos quais o próprio Carli escreve: “por trás dos óculos do professor que examina e julga existe sempre – digo sempre – o tolo cretino, predestinado a tomar, por cada afirmação doutrinal, formidáveis tapas,

desmentidas pela realidade” (*Fascismo intransigente*, cit., p. 49).

39. NASTI, A. *Piagnoni della cultura* [Chorões da cultura]. IN: “Critica fascista”, XV, 1936, p. 98.

40. MUSSOLINI, B. *Scritti e discorsi* [Escritos e discursos]. Vol. VII, Milão, 1934, p. 159.

41. Para informações detalhadas sobre esse argumento cf. CANNISTRARO, F. V. *Burocrazia e politica culturale nello Stato fascista: il Ministero della Cultura Popolare* [Burocracia e política cultural no Estado fascista: o Ministério da Cultura Popular]. IN: “Storia contemporanea” [História contemporânea], I, 1970, n. 2, pp. 273-98.

42. Retiro essa citação do artigo de CANNISTRARO. *Burocrazia e politica culturale* [Burocracia e política cultural], cit., p. 291.

43. BOTTAI, G. *Appunti sulla letteratura corporativa nel 1933-34* [Anotações sobre a literatura corporativa em 1933-34]. IN: “Civiltà fascista” [Civilização fascista], n. 2, 1935, pp. 711 e 715.

44. “Civiltà fascista”, n. 2, 1935, p. 720.

45. Retomo o tema tratado com maior amplitude no artigo *Cultura e costume fra il '35 e il '40* [Cultura e costume entre 1935 e 1940], que faz parte do volume *Trent'anni di storia politica italiana (1915-1945)* [Trinta anos de história política italiana], publicado em “Terzo programma” [Terceiro programa], n. 2, 1962, pp. 280-92.

46. Sobre esse argumento temos agora uma pesquisa detalhada: FERNANDEZ, D. *Il mito dell'America negli intellettuali italiani dal 1930 al 1950* [O mito da América nos intelectuais italianos de 1930 a 1950]. Caltanissetta-Roma, 1969.

47. É desnecessário relembrar, sobre a história da filosofia italiana, o conhecido e insuperável livro de GARIN, E. *Cronache di filosofia italiana* [Crônicas de filosofia italiana]. Bari, 1955.

48. Cf. BRAVO, G. M. *Marx e Engels in lingua italiana, 1848-1960* [Marx e Engels em língua italiana]. Milão, 1962.

49. Em uma resenha na “Critica”, XXVI, 1928, pp. 459-60, depois em *Nuove pagine sparse* [Novas páginas esparsas]. Nápoles, 1949, p. 180.

50. CAPOGRASSI, G. *Le glosse di Marx e Hegel* [As glosas de Marx e Engeles], em *Studi in onore di G. Del Vecchio* [Estudos em homenagem a G. Del Vecchio]. Módena, vol. I, pp. 54-71; depois in ID. *Opere* [Obras], vol. IV, Milão, 1959, pp. 45-69.

